

A HABITAÇÃO SOCIAL NA ATUALIDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR

SOCIAL HOUSING IN THE PRESENT IN THE METROPOLITAN REGION OF CURITIBA/PR

Fabiana Alves Monteiro

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil, fabianamot@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo analisa a questão da Habitação Social na Região Metropolitana de Curitiba na atualidade, retratando que medidas o poder público tem tomado para enfrentar a falta/precariedade de moradias nas camadas de baixa renda da população. Inicialmente tece algumas considerações a respeito do crescimento populacional da RMC nas últimas décadas, que resultou numa série de problemas sociais e ambientais e apresenta as características da atual Política de Habitação do Paraná, que tem como base a Política Nacional da Habitação que se propõe mais justa e eficiente. A partir disso apresenta o cenário resultante da parceria do governo federal com o estado e os municípios da RMC, através dos dois principais programas voltados à população mais pobre, o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1). Dessa forma, afirma de modo preliminar que estes programas têm provocado transformações no interior da RMC, como novas dinâmicas populacionais, embora essas transformações não estão sendo suficientes para resolver a questão da falta de moradias para a população mais pobre, além de que os "benefícios" trazidos são altamente questionáveis.

Palavras-chave: Crescimento populacional; transformações; políticas públicas; habitação; déficit habitacional.

ABSTRACT

This article analyzes the issue of social housing in the Metropolitan Region of Curitiba today, portraying what steps the government has taken to face the lack/precarious dwellings in layers of low-income population. Initially presents some considerations about the population growth of the MRC in recent decades, resulting in a series of social and environmental problems and presents the current characteristics of Paraná Housing Policy, which is based on the National Housing Policy that proposes fairer and efficient. From this presents the scenery resulting from the partnership of the federal government with the state and the district of the MRC, through two main programs focused at the poorest people, the Settlements Urbanization Program Slums and the Program Minha Casa Minha Vida (type 1). Thus, says in a preliminary way that these programs have caused changes within the RMC, as new population dynamics, although these changes are not enough to resolve the issue of lack of housing for the poorest people, and that the "benefits" brought are highly questionable.

Keywords: Population growth; transformations; public policy; housing; housing deficit.

Artigo recebido para publicação em janeiro de 2015

Artigo aceito para publicação em agosto de 2015

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) foi uma das oito primeiras regiões metropolitanas instituídas no Brasil, em 1973, através de Lei Federal. Contava então com 14 municípios, atualmente possui 29, com uma população total de 3.223.836 habitantes (IBGE, 2010).

Conforme o IparDES (2013) a RMC difere entre si no grau de integração ao fenômeno metropolitano, havendo municípios que de fato pertencem à Aglomeração Urbana e compõem o Núcleo Urbano Central¹ (NUC) e aqueles que foram desmembrados ou inseridos na região por legislação estadual. E, mesmo entre os municípios integrantes do NUC há disparidades, principalmente socioeconômicas, como por exemplo, a taxa de pobreza, que em Curitiba é de 8,6%, e nos municípios do NUC é de 21%, variando de 14% em São José dos Pinhais a 35% em Itaperuçu. Nos demais municípios da RMC essa taxa varia de 19% em Rio Negro a 57% em Doutor Ulysses (IPARDES, 2013, p.13).

Estes dados indicam uma característica marcante do processo de metropolização da RMC que ocorreu após 1970, a exclusão social dos mais pobres para as áreas periféricas e carentes de infraestrutura. O resultado mais indigesto desse processo foi o surgimento de inúmeras ocupações irregulares em áreas inadequadas, moradias precárias e favelas, distribuídas pela capital e principalmente pelos municípios do seu entorno.

Dessa forma, o artigo traz algumas considerações a respeito da atuação do poder público no enfrentamento da problemática da falta de moradia para os mais pobres, especialmente na última década, a partir da implantação do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários e do Programa Minha Casa Minha Vida. A Figura 1 traz os municípios integrantes da Região Metropolitana de Curitiba.

¹ Fazem parte do NUC quatorze municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Sua área é de 1.250 km² e possui cerca de aproximadamente 3 milhões de habitantes, o que correspondem a 93% da população da RMC (IPARDES, 2013).

No entanto, a autora coloca que, enquanto Curitiba passava por forte atuação do planejamento urbano nesse período, através do IPPUC, criado em 1965, a Região Metropolitana de Curitiba contava apenas com a Comec, instituída em 1975. E, embora o crescimento dos municípios da RMC fosse incipiente, não impulsionou “ações mais vigorosas do ponto de vista do planejamento, estando estas voltadas para Curitiba” (FIRKOWSKI, 2001, p.61).

Esse cenário, conforme o Ipardes, definiu a ocupação dos municípios periféricos “mais baratos e com infraestrutura escassa, alcançando e ultrapassando seu entorno direto” (IPARDES, 2013, p.21).

Da mesma forma Lima (2000), coloca que a ocupação da periferia de Curitiba, especialmente nas áreas localizadas junto a mananciais de abastecimento público a leste, tem seu processo ligado a própria dinâmica de ocupação urbana que se originou em Curitiba na década de 1940.

Esta ocupação vai-se consolidando lentamente pelas vias comerciais normais, tendo em vista a perda de valor das vendas dos lotes, devido a legislação de uso do solo ser bastante restritiva. Esse vazio de ocupação, aliado a necessidade de moradia para as camadas de baixa renda, em geral, vai gerar a partir de 1990, invasões e ocupações irregulares, conformando um quadro preocupante de degradação social e ambiental (LIMA, 2000, p.202).

A Tabela 1 traz as taxas de crescimento de Curitiba e dos municípios no seu entorno que tiveram nesse período crescimento populacional mais expressivo.

Município	Taxa de crescimento 1960-1970 (% a.a.)	Taxa de crescimento 1970-1980 (% a.a.)	Taxa de crescimento 1980-1991 (% a.a.)	Taxa de crescimento 1991-2000 (% a.a.)	Taxa de crescimento 2000-2010 (% a.a.)
Almirante Tamandaré	4,12	8,36	6,19	3,26	1,57
Araucária	0,34	7,35	5,38	4,79	2,40
Colombo	8,25	12,56	5,87	5,04	1,51
Campo Largo	0,64	4,77	2,57	2,78	1,93
Curitiba	5,36	5,34	2,29	2,11	0,96

<i>Monteiro</i>					
Piraquara ²	6,17	12,76	3,84	-4,16	2,50
São José dos Pinhais	1,68	7,55	5,1	5,38	2,60
RMC	4,38	5,38	2,91	3,11	1,36

Tabela 1. Taxas de crescimento populacional: municípios selecionados e RMC entre 1970 a 2010.

Fonte: COMEC (2006);IBGE (2014). Elaboração: A Autora.

Analisando os dados, cabe ressaltar que Curitiba, que teve taxa de crescimento de 7,18 a.a. em 1950 foi superada na década seguinte pelos municípios de Colombo e Piraquara, tendência que se confirmou nas décadas posteriores. Entretanto, no último período analisado é perceptível uma queda gradativa nas taxas de crescimento desses municípios, ainda que permaneçam relativamente altas nos municípios de Araucária, Piraquara e São José dos Pinhais.

Deslocamentos populacionais a partir dos anos 2000

Na última década, conforme Magalhães et. al., (2014, p.120), a RMC permaneceu sendo o principal destino dos fluxos migratórios, tantos daqueles oriundos do interior do Paraná, como provenientes de outros estados e mesmo internamente a região os deslocamentos são intensos. No interior da RMC os fluxos entre os municípios foram dinamizados o que sinaliza expressivas alterações na distribuição espacial da população metropolitana.

Na movimentação intrametropolitana persiste a tendência já observada na RMC e na grande maioria dos aglomerados metropolitanos do país, de expulsão de população do núcleo para a periferia, em razão da enorme valorização imobiliária e conseqüente aumento nos custos de moradia e do agravamento das deseconomias de aglomeração que o polo apresenta. Ao mesmo tempo, os municípios periféricos vêm se qualificando, particularmente com o adensamento de atividades produtivas e de comércio e serviços (MAGALHÃES, et. al., 2014, p.122).

De acordo ainda com a autora, com a exceção de Curitiba, o município de São José dos Pinhais é o que por mais vezes se posiciona no patamar principal dos movimentos de maior distância (inter e intraestaduais) e Colombo, o que ocupa esse patamar nos movimentos intrametropolitanos. Já Pinhais,

² A redução da população de Piraquara entre os Censos de 1991 a 2000 deve-se ao desmembramento do Distrito de Pinhais em 1992, que foi responsável por uma perda de cerca de 70% da população de Piraquara, segundo Terbeck (2008). Com o desmembramento, Piraquara passou a ter 31.346 habitantes em 1992, no entanto, as taxas de crescimento continuaram aumentando ao longo da década.

Piraquara, seguidos de Almirante Tamandaré, Araucária e Fazenda Rio Grande são os municípios que tem preferência nos movimentos migratórios, dividindo com Curitiba a atratividade metropolitana.

Dessa forma, pode-se deduzir que esses deslocamentos na RMC estão ocorrendo, além dos motivos rotineiros, pela busca da casa própria, mais acessível na periferia, em função do aumento de empreendimentos populares implantados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual será analisado no próximo item. E, enquanto Curitiba vem freando cada vez mais seu crescimento populacional, os municípios no seu entorno, a maioria deles ainda com uma economia defasada e infraestrutura mínima, permanecem como receptáculo para uma parcela da população que os utiliza apenas como dormitórios.

Esse papel desempenhado por muitos dos municípios da RMC foi discutido numa reportagem do Jornal Gazeta do Povo em 2010³, que reitera também que os mesmos sofrem ainda a combinação de baixa atividade econômica, arrecadação tributária limitada e inchaço populacional. E, como muitos desses municípios, em razão de restrições da Legislação Ambiental não possuem indústrias de grande porte e a fraca atividade comercial, o resultado é uma receita municipal limitada, o que inibe a capacidade de investimentos. Municípios como Almirante Tamandaré, Piraquara e Campo Magro são exemplos clássicos, onde mais da metade de seus habitantes se deslocam diariamente a Curitiba para trabalhar ou estudar.

A produção de moradias pelo poder público no Paraná e demanda atual por habitação

Paralelamente ao crescimento populacional da RMC nas últimas quatro décadas, pouco o poder público fez para atender a demanda por habitação pela população mais pobre, sendo que os resultados desse descaso já foram amplamente discutidos por autores como Lima (2000), principalmente no que diz respeito às ocupações irregulares e a degradação ambiental.

³ Reportagem publicada em 25 de agosto de 2010. Disponível na seção de arquivos no endereço eletrônico do jornal.

A primeira instituição do estado responsável pela produção de moradias populares foi a Caixa de Habitação Popular do Estado do Paraná, criada em 1950, no entanto, atendia apenas aos funcionários públicos. Com a criação em 1965 da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), e as Cohab-CT, Cohab-PG (incorporada a Cohapar em 1969) e a Cohab-LD, através da Lei n° 5.113, houve uma ampliação no atendimento a população. No entanto, cabe ressaltar que enquanto a Cohab-CT, ficou responsável pela demanda da capital, a Cohapar, pouco fez pelos municípios da RMC, justamente aqueles que mais cresciam em termos de população, conforme foi analisado.

As companhias de habitação do Paraná nesse período eram então vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e captavam recursos junto ao Banco Nacional da Habitação (BNH). Sendo que entre 1967 a 2010 a Cohapar produziu 190.533 moradias em todo o estado e a Cohab-CT, 124.869 moradias (COHAPAR, 2012, p.50). Estas moradias, produzidas em diferentes modalidades e programas habitacionais, seguiram predominantemente mais a ideologia política daquele que estava no poder do que a um planejamento estabelecido para o setor da habitação no estado.

No que diz respeito às necessidades atuais por habitação no Paraná, uma pesquisa realizada pela Cohapar em 2010, da qual participaram 374 dos 399 municípios, para a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS) revelou a existência de 204.635 assentamentos precários⁴ conforme exposto na Tabela 2.

No que se refere à RMC, que integra o Escritório Regional de Curitiba (ERCT) junto com o Litoral, a pesquisa apontou que a área concentra 109.037 domicílios em assentamentos precários (53,30%), dum total de 204.635 no Paraná⁵. Sendo que o ERCT concentra 32,88% da população do estado e 53,47% da precariedade. Já Curitiba possui o maior número de favelas no estado: 304 com um total de

⁴ O termo "Assentamentos Precários" foi adotado pela Política Nacional de Habitação de modo a englobar, numa categoria de abrangência nacional, o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as seguintes tipologias, favelas, cortiços, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais degradados (BRASIL, 2014).

⁵ Fazem parte do ERCT 36 municípios. Destes, 14 municípios (38%) não entregaram os dados (contra os 6% do total do Paraná), dentre eles Campo Largo com 107.711 habitantes, Piraquara com 91.783 habitantes e Fazenda Rio Grande com 81.551 habitantes. Segundo a Cohapar, a importância desses municípios na RMC pode fazer a diferença na identificação e dimensionamento da necessidade habitacional regional e indica que os números apresentados são ainda maiores (COHAPAR, 2012).

54.764 domicílios e possui 86 loteamentos irregulares ou clandestinos, com 61.753 domicílios (COHAPAR, 2012, p.217).

Tipo Urbano	Quantidade
Cadastro	352.270
Assentamentos Precários	204.635
<i>Favelas</i>	101.716
<i>Conjunto Habitacional Degradado</i>	9.338
<i>Cortiços</i>	362
<i>Loteamentos Irregulares</i>	93.219

Tabela 2. Necessidades Habitacionais Urbanas do Paraná – 2010.

Fonte: COHAPAR (2012).

A pesquisa esclarece ainda que o cadastro, apontado na tabela, em geral não representa a demanda real por moradia, já que muitos cadastrados não necessitam realmente dela. E, por outro lado, parte dos números identificados em favelas, loteamentos irregulares e cortiços podem estar contidos no cadastro, havendo assim uma dupla contagem o que só pode ser depurado através de um cadastro nominal por família. A pesquisa também aponta as faixas de renda dos cadastrados nas Cohabs do Paraná, conforme exposto na Tabela 3.

FAIXAS (SM)	COHAB-CT	COHAPAR	COHAB-LD
Até 1	9,17	21,65	
01 a 02	29,85	34,24	
02 a 03	27,79	20,83	(até 03) 81,1%
03 a 05	29,07	16,54	(acima 03) 18,9%
05 a 10	4,02	6,10	
Acima de 10	0,15	0,64	
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela 3. Cadastro de Demanda Habitacional Cohab's por Faixa de Renda % no Paraná.

COHAPAR, Cadastros da Cohab-CT e Cohab-L (2012).

Agregando-se estes valores tem-se uma necessidade de reforma/melhoria de 80.144 moradias e ainda uma necessidade de construção de 73.226 moradias, visando atender às necessidades identificadas em favelas e loteamentos irregulares (COHAPAR, 2012, p.226).

A análise das informações apontam uma concentração na faixa de até três salários mínimos, com destaque para a Cohab-Londrina, que possui a maior concentração nessa faixa de renda, seguida do cadastro da Cohapar, com um total de 76,72%. O que reitera que a falta de moradia está estritamente relacionada à desigualdade social.

Considerações sobre a atual Política de Habitação do Paraná

O Paraná, integrante de um cenário político e econômico mais favorável às transformações na última década, tem desenvolvido uma política de habitação fundamentada basicamente na Política Nacional da Habitação, instituída a partir de 2004 pelo Governo Federal, que tem dentre seus principais instrumentos o Ministério das Cidades, criado em 2003, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) instituído em 2005, bem como o Sistema Nacional de Habitação (SNH), também do mesmo período.

O SNH, o qual o Paraná aderiu, é o principal instrumento da Política Nacional da Habitação, sendo subdividido em dois subsistemas: Subsistema de Habitação de Interesse Social (SHIS) e Subsistema Nacional de Habitação de Mercado (SHM). O SHIS é voltado a atender a demanda da população de baixa renda e promover a recuperação ambiental e a urbanização em assentamentos precários.

A criação do SNHIS e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) em 2005, segundo Cardoso, estabeleceu aos estados e municípios a necessidade de elaborar seus Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social (PEHIS) e Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), como condição para repasse de recursos, induzindo a uma nova estruturação do Sistema de Habitação em todos os níveis, o que motivou o início de um planejamento do setor habitacional (CARDOSO et. al., 2011, p.3).

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 o Governo Federal, em parceria com o estado e municípios passou a promover melhoramentos em áreas urbanas precárias, através do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários que tem como objetivo promover a urbanização, a regularização fundiária, a recuperação ambiental e relocação de famílias que residiam em áreas de risco, entre outras medidas. E, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, voltado a promover a construção de moradias populares para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, um novo cenário no campo da habitação popular tem se configurado na RMC, provocando alterações nos deslocamentos populacionais.

A implantação do PAC na Região Metropolitana de Curitiba

O Programa de Aceleração do Crescimento atua em três eixos: Infraestrutura Logística, Infraestrutura Energética e Infraestrutura Social e Urbana. Em 2007 previa investimentos de R\$ 106,3 bilhões na área habitacional até 2010, sendo R\$ 17 bilhões não onerosos, destinados a ações integradas de urbanização, melhorias habitacionais e saneamento ambiental em assentamentos precários. Em 2011 entrou na segunda fase, tendo como objetivo acelerar o ritmo de crescimento da economia, aumentar a geração de emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais e manter os fundamentos macroeconômicos (BRASIL, 2014).

Conforme o Décimo Balanço do PAC, divulgado em julho de 2014, através do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, 3.151 empreendimentos foram contratados entre 2007 e 2009, somando R\$ 20,5 bilhões, com média de execução de 65%. A partir de 2011, foram contratadas 432 novas ações, totalizando R\$ 12,6 bilhões em investimentos, para beneficiar 590 mil famílias, em 345 municípios de 26 estados. Atualmente 1.496 empreendimentos foram concluídos, beneficiando 129 mil famílias (BRASIL, 2014, p.160).

Uma das modalidades do programa é o PAC/Urbanização de Assentamentos Precários – Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) voltado para grandes assentamentos que exigem maior volume de recursos e grande complexidade de execução.

No Paraná, está sendo implantado através da Cohapar desde 2007, quando o seu então presidente, Rafael Greca, apresentou ao Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, 54 projetos de urbanização em aglomerados urbanos no Paraná, sendo sete deles aprovados e incorporados ao PAC. Dentre estes, quatro eram da RMC: Campo Magro, Colombo, Pinhais e Piraquara. Os outros três municípios beneficiados nesse período com os recursos do PAC foram: Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. Essa primeira etapa do PAC da Habitação no Paraná previa para esses quatro municípios da RMC investimento de R\$ 161,7 milhões, para atender a 48 mil famílias que residiam em áreas de risco (COHAPAR, 2014).

Atualmente o programa vem sendo implantado em outros municípios da RMC como Araucária, Fazenda Rio Grande e São José dos Pinhais, através de projetos de urbanização e repasse de recursos para a elaboração dos Planos Locais de Habitação. A Tabela 4 traz os Projetos de Urbanização de Assentamentos Precários implantados nos municípios da RMC entre 2007 a 2010⁶.

Município	Proponente	Empreendimento	Seleção	Investimento	Estágio
				Total (R\$)	
Almirante Tamandaré	Estado	Provisão habitacional – Parque Hípico dos Lagos	jan/08	2.360,90	Em obras
Almirante Tamandaré	Município	Provisão habitacional - Vila União	jan/08	811,38	Em obras
Araucária	Estado	Urbanização - Área de risco Bico do Lacre e Iguatemi**	nov/10	*****	Ação preparatória
Araucária	Município	Urbanização - Capela Velha	set/07	8.989,18	Em obras
Campo Largo	Estado	Provisão habitacional	set/07	2.928,34	Em obras
Campo Magro	Estado	Urbanização - Passaúna	ago/07	14.098,37	Em obras
Campo Magro	Estado	Urbanização - Morro da Formiga**	nov/10	*****	Ação preparatória
Campo Magro	Município	Urbanização - APA do Passaúna**	nov/10	13.038,82	Em obras
Campo Magro	Município	Proj. Urbanização – Ocup. irregular na APA do Rio Verde	nov/10	*****	Em licitação de projeto
Colombo	Estado	Urbanização - Roça Grande (Jd. Contorn, Vila Marambaia e Liberdade)**	ago/07	19.991,33	Em obras

⁶ Não inclui Curitiba que possui dezesseis empreendimentos de Urbanização de Assentamentos Precários, contratados entre 2007 e 2010. Um destes concluído: Provisão habitacional – Bacias dos rios Barigui, Iguaçu, Belém e Atuba - Estrada Delegado Bruno de Almeida, contratado em dezembro de 2007.

Colombo	Município	Urbanização - Bairro Jardim Guaraituba e áreas circunvizinhas**	ago/07	28.817,65	Em obras
Fazenda Rio Grande	Estado	Urbanização - Bairros Gralha Azul, Santa Terezinha e Iguaçu	set/07	3.573,39	Concluído
Pinhais	Estado	Urbanização - Iraí	ago/07	42.811,01	Em obras
Piraquara	Estado	Urbanização - Parque Guarituba	nov/09	4.521,45	Em obras
Piraquara	Estado	Urbanização - Bairro Guarituba	ago/07	99.219,21	Em obras
São José dos Pinhais	As. de Moradores	Assistência técnica	mar/10	1.470,07	Em execução
São José dos Pinhais	Associação de Moradores	Assistência técnica	mar/10	1.106,66	Em execução
São José dos Pinhais	Município	Urbanização - Jardim Modelo**	nov/10	*****	Ação preparatória
São José dos Pinhais	Município	Urbanização – Moradias Pinheiro e Moradias Netuno	nov/09	9.166,28	Em obras
São José dos Pinhais	Município	Urbanização - Bairros Guatupé e Borda do Campo	nov/07	33.400,00	Em obras

Tabela 4. Empreendimentos de Urbanização de Assentamentos Precários na RMC entre 2007 a 2010.

Fonte: Balanço Regional do PAC (BRASIL, 2014). Elaboração: A Autora.

A partir da tabela pode-se verificar que os projetos englobam apenas os municípios integrantes do NUC, onde houve um histórico de ocupações irregulares muito intenso, principalmente em áreas de grande fragilidade ambiental. Já a Tabela 5 demonstra os municípios da RMC que receberam recursos do PAC para a elaboração dos Planos Locais de Habitação (PLH).

Município	Proponente	Empreendimento	Seleção	Investimento	
				Total (R\$)	Estágio
Adrianópolis	Município	Elaboração do P LH	jan/08	51,48	Concluído
Almirante Tamandaré	Município	Elaboração do P LH	set/07	71,71	Em execução
Araucária	Município	Elaboração do PLH	set/07	73,28	Concluído
Balsa Nova	Município	Elaboração do PLH	nov/10	61,24	Em execução
Bocaiúva do Sul	Município	Elaboração do PLH	set/07	30,86	Em execução
Campo Magro	Município	Elaboração do PLH	set/09	61,19	Em execução
Cerro Azul	Município	Elaboração do PLH	set/09	30,59	Em execução
Colombo	Município	Elaboração de PLH	jan/08	71,71	Em execução
Contenda	Município	Elaboração de PLH	jan/08	61,80	Concluído
Curitiba	Estado	Elaboração do PLH	jan/08	284,38	Concluído
Fazenda Rio Grande	Município	Elaboração do PLH	set/07	71,34	Concluído
Lapa	Município	Elaboração do PLH	set/09	63,24	Concluído
Mandirituba	Município	Elaboração do PLH	set/09	61,19	Em execução

Piraquara	Município	Elaboração do PLH	set/07	59,74	Em execução
Quatro Barras	Município	Elaboração do PLH	set/07	58,29	Concluído
Quitandinha	Município	Elaboração do PLH	set/09	30,59	Em execução
Rio Branco do Sul	Município	Elaboração do PLH	set/07	69,99	Em execução
São José dos Pinhais	Município	Elaboração do PLH	set/07	71,99	Em execução
Tunas do Paraná	Município	Elaboração do PLH	set/09	30,59	Em execução

Tabela 5. Implantação dos Planos Locais de Habitação na RMC entre 2007 e 2010.

Fonte: Balanço Regional do PAC (BRASIL, 2014). Elaboração: A Autora.

Embora o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários seja um importante passo para promover melhoramentos e a recuperação ambiental em assentamentos consolidados, o seu processo de implantação é bastante burocrático e pouco ágil. Conforme se pode verificar na Tabela 4, apenas um empreendimento iniciado em 2007 foi concluído, este no município de Fazenda Rio Grande. Esta mesma morosidade é visível na elaboração da maioria dos Planos Locais de Habitação, importante passo para o planejamento do setor nos municípios. As Figuras 2 e 3 demonstram o antes e depois das áreas que passam por intervenção em Campo Magro e Piraquara.



Figura 2. Urbanização em Piraquara – Bairro Guarituba, antes e depois.

Fonte: COHAPAR (2007), A Autora (2014).

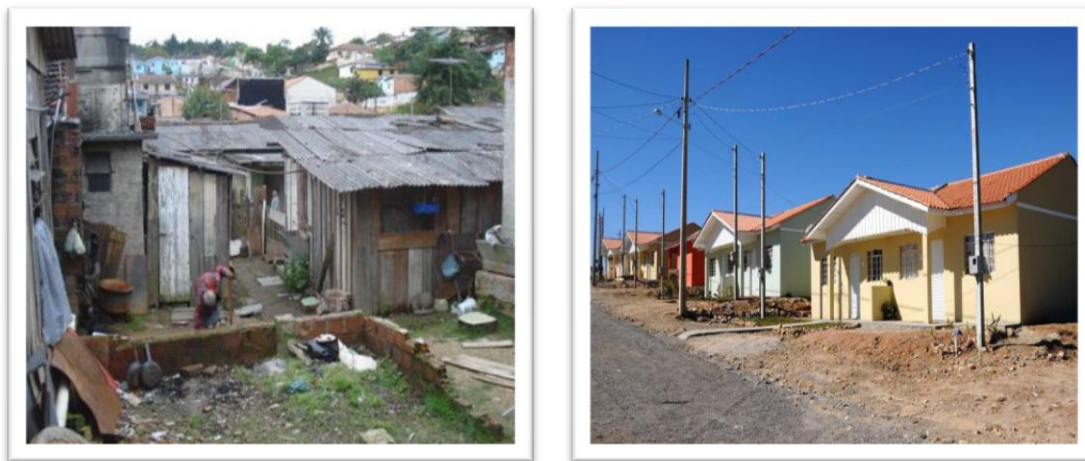


Figura 3. Urbanização em Campo Magro – Passaúna, antes e depois.
Fonte: COHAPAR (2013).

O Programa Minha Casa Minha Vida na RMC

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) criado pelo Governo Federal em 2009 é gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA). Na sua criação tinha por objetivo inicial construir 1 milhão de moradias até 2014 e em 2011 passou para a sua segunda fase (MCMV2) e a meta passou a ser de 3 milhões de moradias até 2014. Nessa nova fase, os municípios com menos de 50 mil habitantes, que até então não eram atendidos pelo programa, passaram a ser beneficiados.

O programa atua em três faixa de renda, faixa 1, com renda mensal de 0 até 3 salários mínimos (s.m.) sendo 60% das unidades habitacionais destinadas a essa faixa. As famílias dessa faixa de renda são selecionadas pela prefeitura dos municípios e o financiamento do imóvel é pago em até 120 meses, sendo que a prestação não deve ultrapassar 5% da renda familiar e não deve ser inferior a R\$ 25 por mês. Estas famílias tem direito ao subsídio habitacional integral, implementada em parceria com os municípios para demanda por eles indicada a partir de cadastros de beneficiários, com uso de investimentos públicos a fundo perdido, oriundos do Orçamento Geral da União e alocados no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), operados pela Caixa. O Programa utiliza ainda recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), destinado ao PMCMV Entidades, que proporciona financiamento a famílias organizadas por entidades sem fins lucrativos.

As faixas 2 e 3 atuam com famílias com renda mensal de 3 a 5 s.m. e 5 a 10 s.m., respectivamente. Nessas faixas o Programa é composto em sua minoria por recursos não onerosos, em forma de descontos para as faixas de renda de até seis salários mínimos e principalmente por recursos onerosos, devolvidos através das prestações, oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com taxa de juros reduzida e maior facilidade ao crédito (FERREIRA, 2012, p.41).

No Paraná o valor máximo das moradias a serem financiadas é de R\$ 64.000 para a faixa 1, de R\$ 100.000 para a faixa 2 e de R\$ 170.000 para a faixa 3 (BRASIL, 2014).

O baixo valor repassado por unidade habitacional é justamente um dos entraves do programa, principalmente para a faixa de até três salários mínimos, conforme reportagem do Jornal Gazeta do Povo. Em entrevista a alguns empreendedores do setor, relatou que os mesmos afirmam que a faixa 1 do programa não é atrativa, por ser altamente subsidiada e que se as prefeituras não cedem o terreno, não há possibilidade de construir moradias com R\$ 64 mil (GAZETA DO POVO, 2014⁷).

De acordo ainda com a publicação, o Paraná é o estado com maior percentual de conclusão de moradias nas três faixas de renda do PMCMV, tendo entregado entre 2011 e 2014 mais de 93 mil das 158 mil moradias contratadas. Já em Curitiba, foram entregues 4,8 mil das 13, mil unidades contratadas. Enquanto no Brasil, até o ano de 2014 cerca de 3,4 milhões de moradias haviam sido contratadas e dessas, 1,7 milhões haviam sido entregues a população.

Em relação aos empreendimentos do programa na RMC, o Iparde afirma que nos três primeiros anos, Curitiba liderou absoluta em número de empreendimentos contratados e vem perdendo desde então para o segundo colocado, o município de São José dos Pinhais, seguido de Araucária, Colombo e Pinhais. Reitera também que o maior número de empreendimentos contratados do PMCMV fora de Curitiba está localizado sobre áreas de mais acentuada urbanização contínua e contígua. E que, embora não haja dados concretos que indiquem que nos municípios ao redor de Curitiba há maior número de

⁷ Reportagem publicada no dia 16 de junho de 2014.

empreendimentos contratados pelo PMCMV para famílias que recebem até três salários mínimos “é um fato concreto, seja em áreas centrais ou periférica, que a grande aglomeração metropolitana mostra-se cada vez mais fragmentada e segregada” (IPARDES, 2013, p.40).

A Tabela 6 traz informações sobre os empreendimentos do PMCMV na Região Metropolitana de Curitiba, voltadas a faixa 1, que recebe a maioria dos subsídios e que necessita de maior empenho das prefeituras e as Figuras 4 e 5, exemplos desses empreendimentos concluídos, com 501 e 147 unidades entregues respectivamente.

Cidade	Empreendimento	Construtora	Unidades	Entregues	Valor	Contratação	(%) obra	Produto
Campo Largo	Agricult. GI – Morar Bem Paraná Rural	Cohapar	17	0	501.500,00	30/08/2013	41,8	Imóvel Rural
Campo Magro	Jd. Águas Claras PAC	Const. Borguezan	74	0	4.664.960,00	31/10/2013	1	Urbanização
Colombo	Agricult. GI: Constr – Moradias Rurais Colombo I	Cohapar	5	0	147.500,00	07/01/2014	1	Imóvel Rural
Colombo	Residencial Ilha do Arvoredo	Cobec	248	248	11.160.000,00	11/12/2009	100	FAR Alienação
Fazenda Rio Grande	Agricult. GI: Constr – Moradias Rurais Fazenda Rio Grande	Cohapar	8	0	236.000,00	23/12/2013	1	Imóvel Rural
Fazenda Rio Grande	Residencial Jardim Europa	FKLAS Obras	501	501	22.365.767,99	11/12/2009	100	FAR Alienação
Piraquara	Vista da Serra	Village	341	0	21.824.000,00	28/06/2013	16,88	FAR Alienação
Rio Branco do Sul	Agricult. GI: Constr – Morar Bem Paraná Rural	Cohapar	7	7	182.000,00	19/07/2012	100	Imóvel Rural
São José dos Pinhais	Agricult. GI: Constr – Construindo um Sonho II	Sindru	16	0	472.000,00	12/12/2013	43,8	Imóvel Rural
São José dos	Cond. Res.	Piacentini	147	145	9.219.840,00	28/03/2013	100	Urbanização

Pinhais	Nápoles – PAC							o
São José dos Pinhais	Construindo a Moradia	Fetaep	6	6	93.600,00	14/02/2011	100	Imóvel Rural
São José dos Pinhais	Construindo um Sonho	Sindru	21	21	546.000,00	20/07/2012	100	Imóvel Rural
São José dos Pinhais	Moradias Netuno I	FKLAS Obras	26	0	1.664.000,00	28/06/2013	79,57	FAR Alienação
São José dos Pinhais	Moradias Netuno II – PAC	FKLAS Obras	86	0	5.421.440,00	28/06/2013	78,84	Urbanizaçã o
São José dos Pinhais	Res. Serra do Mar II	Sial	297	297	13.356.519,13	11/12/2009	100	FAR Alienação
São José dos Pinhais	Res. Vila Verde – PAC	FMM	352	0	22.077.440,00	12/03/2013	80,46	Urbanizaçã o
São José dos Pinhais	Res. Amazonas – PAC	FKLAS Obras	132	0	8.279.040,00	27/03/2013	100	Urbanizaçã o
São José dos Pinhais	Res. Serra do Mar I	Sial	297	297	13.356.519,13	11/12/2009	100	FAR Alienação
Total			2.581	1.522				

Tabela 6. Empreendimentos MCMV – Faixa 1 na RMC^s.
Caixa Econômica Federal (2014). Elaboração: A Autora.



Figura 3. MCMV – Faixa 1: Residencial Jardim Europa em Fazenda Rio Grande.
Fonte: COHAPAR (2014)).

^s Excetuando Curitiba, que possui trinta e dois empreendimentos MCMV – Faixa 1, dois do tipo Urbanização: PAC Moradias Arapoti e PAC Moradias Assai. Os demais se enquadram na categoria FAR Alienação.



Figura 3. MCMV – Faixa 1: Residencial Jardim Europa em Fazenda Rio Grande.
Fonte: COHAPAR (2014)).

Apesar da atuação do poder público ter aumentado de forma significativa no provimento de moradias e infraestrutura para atender as camadas de mais baixa renda, se analisarmos os dados referentes ao déficit habitacional na última década para o país e para as regiões metropolitanas em especial, verifica-se que o decréscimo é quase insignificante perante a problemática, conforme exposto na Tabela 7. O que indica que apesar de todos os esforços e recursos envolvidos nessa questão, ela continua praticamente insolúvel. Dentre as possíveis causas que torna esse avanço da última década ser praticamente invisível, estão os problemas relacionados à burocracia, as próprias regras do Programa Minha Casa Minha Vida, a corrupção e a ineficiência em todas as esferas do poder.

	Total		Componentes			
	Absoluto	Relativo	Habitação precária	Coabitação Familiar*	Ônus excessivo aluguel	Adensamento excessivo
RMC	86.820	7,9	19.542	14.549	49.093	3.636
Paraná	248.955	6,8	49.338	58.895	129.463	11.259
Brasil	5.792.508	9,1	883.777	1.865.457	2.660.348	382.926

Tabela 7. Déficit Habitacional no Brasil, Paraná e RMC – 2011 e 2012.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2012; Fundação João Pinheiro (2014).

Elaboração: A Autora.

* No cálculo do déficit habitacional o componente coabitação familiar inclui apenas as famílias conviventes que declararam intenção de constituir novo domicílio

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica claro que as migrações dentro e fora da Região Metropolitana de Curitiba ainda constituem fator importante e que embora o crescimento populacional dos municípios periféricos tenha desacelerado na última década, ele ainda é um dado relevante a se pensar para a implantação de políticas públicas futuramente.

No que diz respeito aos programas habitacionais voltados a população de baixa renda implantados na RMC, apesar de terem aumentando em volume na última década, verifica-se que os mesmos não tem sido suficientes para suprir a demanda. Em relação ao padrão de localização desses empreendimentos, conforme já foi mencionado, além da capital, são os municípios com maior integração a ela e maior dinamismo econômico que tem recebido a maioria dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Nos demais municípios o que tem se destacado são as intervenções através do PAC, em parceria com os municípios para tentar minimizar os impactos ambientais provocados pelas ocupações irregulares e promover a urbanização nessas áreas de ocupação consolidada. Cabe destacar também que a parcela mais pobre da população geralmente não se encaixa nas regras e na burocracia do PMCMV e continua a espera de atendimento, engrossando o déficit habitacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Cidades. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em 17 de setembro de 2014.

_____. Ministério das Cidades. *Política nacional de habitação*. 2004. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em 14 de março de 2014.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Urbanização de Favelas: a experiência do PAC*. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/.../id/.../Urbanizacao+de+favelas%3A>>. Acesso em 28 de maio de 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Décimo Balanço do PAC*. Brasília/DF. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em 09 de maio de 2014.

_____. Ministério do Planejamento. *Nono Balanço Regional do PAC/Paraná*. Brasília/DF. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em 15 de maio de 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em 14 de outubro de 2014.

CARDOSO, L. A.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. S. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, 2011. p.1-20. Disponível em: <www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto_cardoso.pdf>. Acesso em 13 de março de 2014.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR). *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br>>. Acesso em 19 de janeiro de 2014.

_____. *Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS-PR, 2012*. Curitiba/PR. Disponível em: <www.cohapar.pr.gov.br/.../Banner%20Pehis/...Pehis.../Pehis_Parte1>. Acesso em 13 de abril de 2014.

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). *Revista da Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 2012. Disponível em: <www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/.../Revista_RMC_Fevereiro_2014>. Acesso em 23 de julho de 2014.

_____. *Plano de desenvolvimento integrado – PDI*. Curitiba, 2006.

FERREIRA, J. S. W. (Coord.) *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano*. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. 1 ed. São Paulo: Fupam, 2012. 200p.

FIRKOWSKI, O. L.de F. *A nova territorialidade da indústria e o Aglomerado Metropolitano de Curitiba*. 225f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estatística e Informação. *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares* (Nota técnica, 1). Disponível em: <www.fjp.mg.gov.br/index.php/.../cei/deficit-habitacional/...deficit.../file>. Acesso em 12 de agosto de 2014.

GAZETA DO POVO. *Site oficial*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em 17 de novembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico, 2010*. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Projeto IPEA: Governança Metropolitana no Brasil. Análise Comparativa das Funções Públicas de Interesse Comum – Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 2013. Disponível em: <www.ipea.gov.br/redeipea/governanca_metropolitana/rmcuritiba.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2014.

LIMA, C. A. *A ocupação de área de mananciais na Região Metropolitana de Curitiba: o planejamento à gestão ambiental urbana-metropolitana*. 248f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

MAGALHÃES, M. V.; MOURA, R.; CINTRA, A. P. U. A transição demográfica na Região Metropolitana de Curitiba. In: FIRKOWSKI, O.L.F.; MOURA, R. (Orgs). *Curitiba: transformações na ordem urbana*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles, 2014. 492p. p. 96-126.

TERBECK, M. Caracterização do Município de Piraquara. *Série: Textos de reconhecimento do objeto de pesquisa*. Laboratório de Arquitetura e Urbanismo, UFPR. Curitiba, 2008. Disponível em: <www.cau.ufpr.br/lahurb/arquivos/artigos/Texto_2008.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2013.